

# MEMÓRIAS SOBRE OS MOVIMENTOS SOCIAIS EM ARAÇAGI/PB NAS DÉCADAS DE 1980 E 1990: “MARIA PRETA, PRESENTE!”

MEMORIES OF SOCIAL MOVEMENTS IN ARAÇAGI/PB IN THE 1980S AND 1990S: “MARIA PRETA, PRESENT!”

<https://doi.org/10.22228/rtf.v17i2.1393>



Francisco Fagundes de Paiva Neto

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

ID <https://orcid.org/0000-0002-6150-4902>

Email: [chicofagundes@gmail.com](mailto:chicofagundes@gmail.com)

**Resumo:** Neste artigo, discutimos a participação de Maria Preta em movimentos sociais na cidade de Araçagi/PB nas décadas de 1980 e de 1990. A militância deu-se nos serviços da Igreja, no sindicalismo rural e no movimento das mulheres trabalhadoras. Com a criação da Diocese de Guarabira/PB, religiosos e leigos promoveram ações coletivas no sindicalismo e na organização do Movimento das Mulheres Trabalhadoras/PB. Essas modalidades de movimentos sociais institucionalizados permitiram uma participação ampliada das mulheres na política regional.

**Palavras-chave:** Mulheres; Movimentos Sociais; Oposições sindicais

**Abstract:** In this article, we discuss Maria Preta's participation in social movements in the city of Araçagi/PB in the 1980s and 1990s. Her activism took place in church services, rural trade unionism and the working women's movement. With the creation of the Diocese of Guarabira/PB, religious and lay people promoted collective action in trade unionism and in the organization of the Working Women's Movement/PB. These institutionalized social movements allowed women to participate more widely in regional politics.

**Keywords:** Women; Social movements; Trade union oppositions

## Introdução

O avanço do sindicalismo rural no Rio Grande do Norte, através do treinamento de “lideranças” com um padrão alinhado ao sindicalismo norte-americano, foi uma alternativa para desmantelar as ações coletivas das Ligas Camponesas ocorridas na Paraíba e Pernambuco na década de 1960. As lideranças sindicais formadas, nesse período, eram submetidas à lógica de as entidades terem uma agência política reduzida aos encaminhamentos para os processos de aposentadoria e prestação de serviços médicos em alguma sala da instituição. Diante de uma passividade política às questões da reforma agrária e de direitos trabalhistas, esses sindicatos foram envolvidos pelas classes dominantes rurais em práticas políticas de apoio aos partidos alinhados ou permitidos pelo regime militar.

Essa estrutura sindical garantiu a presença masculina, sobretudo nas direções, as “cabeças de chapas”. A implicação dessa condição reverberou até a década de 1980, quando algumas chapas oficialistas passaram a enfrentar um novo contexto: a emergência de chapas ligadas aos setores progressistas da Igreja (Pastoral Rural, Comissão Pastoral da Terra, Pastoral da Juventude e as Comunidades Eclesiais de Base, que vinham se difundindo desde a década de 1960). Esse foi um processo de reestruturação dos sindicatos rurais, que demarcou até mesmo a filiação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) a Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 1995. Esse período demarcou a coexistência de novos movimentos sociais no campo, por meio de táticas diversas de agência política, enfatizando a presença feminina nos sindicatos, nas ocupações e na formação de assentamentos.

## Mulheres, trabalho no campo e organizações de classe na Paraíba

Na Paraíba, as mulheres trabalhadoras dos engenhos e das usinas da Zona da Mata e do Agreste tiveram uma agência destacada por vários níveis de participação. Em alguns casos, a mobilização das mulheres envolvia também as crianças e os idosos em piquetes e passeatas de apoio aos participantes de atos públicos, de greves ou de bloqueios nas estradas ou nas entradas das usinas. Desde 1980, os trabalhadores passaram a fazer mobilizações por um sindicalismo rural autônomo frente à dominação patronal, que resultou em litígios como greves ou o cumprimento de direitos sociais, conforme os dissídios coletivos.

Até então, o sindicato local tinha um aspecto assistencialista (referente ao próprio oficialismo) e com mediações, que incluía a reprodução política dos usineiros, fazendeiros e prefeitos, com ações de cooptação por meio de recursos de pouca monta, como aqueles referentes às Semanas Santas ou ao período natalino: a doação de peixes ante a tradição de não comer carne vermelha e a doação de roupas ou de outros presentes. Eventualmente, nos tempos de calamidades, os potentados locais distribuíam alimentos e água para manter os laços da fidelidade entre os subalternos. Essas formas de exercício da dominação podem ser relacionadas às práticas similares às que Thompson<sup>1</sup> e Sigaud<sup>2</sup> salientaram como relacionadas à economia moral paternalista, estratégia para manter a hegemonia, ou as expressões de dom e contradom, além da perspectiva consuetudinária da honra, quanto aos usos sociais do direito.

O estudo de Sigaud<sup>3</sup> demonstrou como, na fase do governo Arraes, através do “Acordo do Campo” (1964), os trabalhadores e os usineiros chegaram a um entendimento político quanto aos direitos trabalhistas, com uma tabela de tarefas de aumentos reais de remuneração.

A pesquisa de Nobre<sup>4</sup> (1990) atestou que, após o golpe civil-militar de 1964, as Delegacias Regionais do Trabalho até a década de 1970 tiveram pleno controle das atividades sindicais no estado da Paraíba, quer pelo emprego de intervenientes, quer pela vigilância nos diversos momentos e eventos promovidos pelas entidades, como as assembleias, viagens do dirigente, acordos de trabalho, dentre outros. Assim, a margem de manobra de um sindicalismo autônomo era impensável.

Por sua vez, Tosi<sup>5</sup> ao discutir os conflitos no campo paraibano, avaliou que, ao contrário dos trabalhadores canavieiros pernambucanos, os paraibanos não obtiveram, mesmo com a expressiva mobilização das Ligas Camponesas, direitos similares. Desse modo, a ausência de uma memória social sobre os direitos não teve um avanço na Paraíba, onde uma repressão acentuada ceifou a vida de militantes e solapou as ideias sobre reforma agrária e direitos trabalhistas. Apenas na década de 1980, as organizações sociais compostas por militantes relacionados à Igreja e membros do movimento sindical buscaram retomar a luta por direitos no I Encontro de Assalariados da Zona Canavieira da Paraíba, ocorrido em

---

1 THOMPSON, Edward Palmer. Costumes em comum. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1998.

2 SIGAUD, Lygia. Armadilhas da honra e do perdão: usos sociais do direito na mata pernambucana. Mana, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p.131-163, 2004.

3 SIGAUD, Lygia. Os Clandestinos e os Direitos São Paulo: Livraria Editora Duas Cidades, 1979.

4 NOBRE, Gismário Ferreira. Um estudo sobre as relações entre o Estado e os Sindicatos de Trabalhadores Rurais no período entre final da década de 50 e final da década de 70. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1990.

5 TOSI, Giuseppe. Terra e salário para quem trabalha. Um estudo sobre os conflitos sociais do Brejo Paraibano. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, PB, 1988.

Guarabira (1982). Nesse evento, surgiu a proposta da criação da “Comissão Canavieira” com a presença de participantes da Pastoral Rural de Guarabira e de João Pessoa e dirigentes sindicais. A assessoria do evento foi feita pelo Serviço de Educação Popular e Centro de Orientação aos Direitos Humanos (ambos da Diocese de Guarabira); Comissão de Justiça e Paz de Campina Grande; Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural (CENTRU) e Grupo de Pesquisa e Assessoria Sindical da UFPB (João Pessoa). A organização sindical relacionada à teologia da libertação, por meio dos serviços e pastorais da Diocese de Guarabira, e o movimento sindical pautaram as mobilizações, que resultaram em greves de canavieiros na década de 1980. Ademais, as disputas entre os sindicalistas remanescentes da Ditadura Militar e as chapas das Oposições Sindicais na década de 1980 revelaram um processo de mudanças na organização sindical rural. O resultado do embate eleitoral entre o “velho” e o “novo” sindicalismo na área do agreste paraibano teve como resultado a vitória em 8 sindicatos rurais das “Oposições Sindicais” e 5 permaneceram nas mãos dos velhos sindicalistas, cujo trabalho nos processos de aposentadorias e assistencialismo reverberou na constituição de uma base eleitoral. Contudo, no processo das greves dos canavieiros, ocorreu a colaboração de alguns dos presidentes da base sindical anterior às pautas do sindicalismo combativo. O ano de 1983 teve uma série de eventos de grande repercussão: o 1º. de Maio em Sapé, com a presença de 18 sindicatos e cerca de 6 mil trabalhadores; a campanha trabalhista estadual em Alagoa Grande em 27 de agosto (dias após o assassinato de Margarida Alves, presidente do sindicato desse município, ex-animator da Igreja e membro do CENTRU); e, por fim, em dezembro, os trabalhadores fizeram uma campanha pelo 13º. Salário e receberam uma parte dos direitos.

A investigação de Bertolazzi<sup>6</sup> (1989), em meio à discussão sobre o surgimento do “novo sindicalismo” analisou a corrupção e a violência institucional na eleição do sindicato de Tacima nas eleições de 1985. A prefeita do município, Denize Cruz (PMDB), realizou ações no sentido de promover a Chapa 1, comprando votos, trazendo eleitores de outros municípios e utilizando outras práticas clientelistas. Além disso, o padre Joaquim, fundador do STR de Araruna em 1962 (com a dinâmica desmobilizadora do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural/ FUNRURAL), agiu no sentido de pressionar os fiéis e combater a ação das freiras progressistas para impedir a vitória da Chapa 2. Dentro do sindicato, um membro da Chapa 2 (mas que institucionalmente fazia parte da Chapa 1) fraudou recibos de pagamentos para impedir a perda de votos da representação sindical fisiológica. O fantasma do “comunismo” e as acusações aos “tomadores de terra”, além de uma acentuada compra

6 BERTOLAZZI, Annalisa. Novo sindicalismo no campo paraibano. continuidades e mudanças. Dissertação (Mestrado em Sociologia Rural) - Universidade Federal da Paraíba. Campina Grande, 1989.

de votos, foram fundamentais para derrotar a chapa 2. Contudo, os membros da “oposição sindical” continuaram a fazer o trabalho de base e conseguiram instalar um moinho elétrico, por meio do apoio do Serviço de Educação Popular (SEDUP), para beneficiamento do milho, como tática para quebrar a exploração comercial exercida pelos “atravessadores”. Foi formada uma associação de trabalhadores, que prestava cursos de alfabetização e outras formações. Foi criado um laboratório de análises clínicas na fase das eleições de 1988. Esse trabalho de base da Chapa 2 implicou na vitória da oposição sindical no STR de Tacima, sob a presidência de uma professora popularmente conhecida por Bebé. A chapa 2 contou com o apoio de setores da Igreja, do Partido dos Trabalhadores, da CUT, do SEDUP e do Movimento das Mulheres Trabalhadoras. Essa discussão nos reporta a uma análise sociológica sobre a condição feminina em um quadro geral do Ocidente. Um sociólogo considerou que:

As mudanças visíveis de condições ocultam, de fato, a permanência nas posições relativas: a igualização de oportunidades de acesso e índices de representação não deve mascarar as desigualdades que persistem na distribuição entre os diferentes níveis escolares e, simultaneamente entre as carreiras possíveis<sup>7</sup>.

A discussão leva-nos a refletir sobre as assimetrias presentes no campo político ao considerarmos as posições ocupadas por duas mulheres, a prefeita do município, e candidata a presidente do sindicato de trabalhadores rurais. No curso das mobilizações da eleição da Chapa 2 para o STR de Tacima, ainda em 1987, a aspirante ao cargo, a professora Bebé foi demitida pela prefeita Denize Cruz. A falta de critério do ato administrativo, mediante a posição arbitrária, gerou uma reclamatória na Justiça do Trabalho, que não tivemos como saber se foi sentenciada. Porém, diante dos desniveis relacionados às correlações de forças e acúmulos de capitais políticos e econômicos, buscamos considerar essa questão quanto às conflitualidades presentes nessa fase.

Em uma pesquisa sobre camponesas, classe e organização política na Paraíba, Miele<sup>8</sup> analisou a formação de uma presidência de sindicato com a eleição de uma militante no município de Santa Rita. Os canavieiros filiados ao sindicato participaram de greves na década de 1980, durante a gestão da oposição sindical. A pesquisa apontou para a violência patronal e política dos empresários rurais, que gozavam inclusive de milícias particulares

7 BOURDIEU, Pierre. A Dominação Masculina. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, p.108-109.

8 MIELE, Neide. A mulher na palha da cana. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, 1985.

para efetivar violências contra os/as trabalhadores/trabalhadoras. As mulheres “na palha da cana” participaram de chapas sindicais e greves, que demonstraram a importância de alargar a brecha política e jurídica com a agência de trabalhadoras na construção de experiências de classe. Durante a greve de canavieiros em 1983, ocorreu a adesão de muitos participantes, que sequer eram sindicalizados, como idosos, mulheres e crianças, sobretudo nas marchas para convocar a desmobilização de trabalhadores nas usinas, na formação de piquetes e nos atos públicos por direitos sociais. Nesses momentos, o administrador da usina forneceu armas à Polícia, que realizou violências contra os piqueteiros, como se os soldados fossem empregados do usineiro, ferindo a cabeça de um idoso e dispersando as mulheres e crianças. A base sindical em dezembro de 1983 fez uma mobilização pelo pagamento do 13º. Salário, que embora não tenha sido pago na integralidade, significou um avanço no processo de organização e de luta dos canavieiros. A autora também destacou que, apesar do trabalho doméstico, a participação das mulheres na greve demonstrou que o estereótipo da passividade foi desmantelado. Não é demasiado lembrar que a organização sindical e as greves plasmam sociabilidades e vínculos entre os participantes na identidade de uma classe<sup>9</sup>.

Um estudo sobre Margarida Alves discutiu o processo de composição de lideranças femininas no sindicalismo rural na Paraíba, envolvendo diversas organizações de base, bem como as experiências para o campesinato. O assassinato da líder camponesa teve implicações significativas nas mobilizações políticas dos grupos subalternos, tendo pautas femininas de igualdade nas demandas políticas<sup>10</sup>.

A partir da discussão preliminar sobre a ambição das organizações sindicais e de algumas especificidades com o envolvimento de mulheres nas chapas, presidência e cargos auxiliares, faremos uma análise sobre a participação de Maria Preta nos movimentos sociais no município de Araçagi. Essa cidade teve um predomínio de atividades agrícolas no século XX, como a produção de abacaxi, cana-de-açúcar e de gêneros voltados para o abastecimento do mercado local. Na década de 1980, passou por uma fase de questionamento ao poder dos potentados locais, a partir de ações coletivas, que contaram com o apoio do clero de Guarabira/PB, assim como de diversos leigos imbuídos em organizações de base.

9 SAVAGE, Mike. Espaço, redes e formação de classe. Revista Mundos do Trabalho, Florianópolis, v. 3, n. 5, p. 06-33, 2011.

10 FERREIRA, Ana Paula Romão de Souza. A trajetória político-educativa de Margarida Maria Alves: Entre o velho e o novo sindicalismo rural. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2010.

## A prática da história oral e algumas contribuições políticas para os movimentos sociais

A metodologia da história oral possibilitou estudos recentes em diversos países do mundo com relação aos vínculos entre identidades, memórias militantes e a agência política nos espaços sociais respectivos. Essa construção ganha formas a partir das posições assumidas por pesquisadores, coletivos voltados para registros das próprias memórias e dos entrevistados, possuindo métodos próprios de abordagem. De acordo com alguns percursos investigativos na produção recente da metodologia em questão:

A interface história oral e história dos movimentos sociais apresenta aspectos sobre as dimensões dos públicos na história. As práticas de história pública são expressas nas construções dialógicas da memória social – produzidas e difundidas – entre os saberes acadêmicos e não acadêmicos (...) A história oral mobiliza o entrecruzamento das noções de memória, narrativa, tempo e identidade (...) As fontes orais expressaram as dimensões subjetivas dos integrantes dos movimentos sociais, bem como as oportunidades políticas para as ações coletivas e dimensões estratégicas para a legitimação de diferentes sistemas de valores sociopolíticos dentro de cada grupo. As narrativas públicas, resultantes do trabalho de memória no tempo presente, expressaram lembranças, esquecimentos e silêncios em múltiplas dimensões<sup>11</sup> (Almeida, 2016, p. 8)

O exercício prático da metodologia da história oral dimensiona operações realizadas pela memória, que se orientam por um processo de aquisição da confiança ou de garantia de um acesso mais franco aos quadros da própria organização política como forma de evitar prováveis desvirtuamentos por agentes exógenos. Contudo, na nossa concepção, devemos buscar parâmetros de ancoragem da história oral com outras fontes históricas para fins de garantir a dimensão da prova para uma blindagem frente aos revisionismos ou negacionismos históricos, que têm sido presentes a partir das ondas de solipsismos do tempo presente.

Em uma pesquisa sobre a participação das mulheres na greve de 1968 em Osasco (São Paulo, Brasil), destacou-se uma modalidade “de publicização da história das mulheres,

11 ALMEIDA, Juniele Rebêlo de (Org.). História oral e movimento social: narrativas públicas. São Paulo, Letra e Voz, 2016.

inscrevendo no relato historiográfico os acontecimentos e impressões silenciados por um discurso e uma escrita masculina<sup>12</sup>" (Rovai, 2016, p. 15). As entrevistas com as mulheres que militaram nas jornadas grevistas trazem impressões próprias de olhares e demandas muitas vezes ocultadas pela historiografia, em virtude de um silenciamento das vozes femininas decorrentes de desenhos de pesquisas. As entrevistas com as mulheres permitiram analisar a participação feminina, a partir das artimanhas e recursos que utilizaram, subvertendo os estereótipos sociais atribuídos de gênero/feminilidade/fragilidade/docilidade para transitar em circuitos como casa-rua-delegacia-prisão. Ademais, as militantes engajadas no apoio direto ou indireto à greve conseguiram informações dos agentes da segurança pública, graças aos recursos de uma pseudo submissão. A autora, à guisa de conclusão das entrevistas com as grevistas de Osasco, refletiu:

As narrativas femininas não são capazes, por si só, de nos fazerem mais sensíveis ou de enxergarmos o protagonismo dos esquecidos na luta por memórias. O que nos atinge, de fato, ao publicizarmos histórias e memórias como as relatadas por essas mulheres deve ser a oportunidade de ouvi-las em toda plenitude de emoções, tendo tempo para entender a complexidade que envolve os movimentos sociais e seus sujeitos. Seus relatos são possibilidades históricas em aberto, desafios ao nosso próprio presente a partir de nosso passado sempre inacabado. O trabalho com história oral não trata apenas de divulgação de informação, mas de conhecimento sensível, o que implica compromisso com uma história pública, que dê aos mortos e aos vivos o direito à sua história<sup>13</sup> (Rovai, 2015, p. 35-36).

A autora sugeriu que as entrevistas com as mulheres trouxeram dimensões afetivas e de emoções a um passado de organização de classe em um período de ditadura militar no Brasil, cujos olhos femininos se depararam com colunas de tanques sitiando e ocupando as ruas de Osasco.

Em uma pesquisa de Delgado (2015) sobre a trajetória de Helena Greco, foi possível analisar as diversas organizações presentes no processo de mobilização social pela Anistia referente ao regime militar brasileiro (1964-1985). A autora demonstrou a ampla participação política de instituições como a Igreja Católica, organizações internacionais de

12 ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. A coragem do afeto: memórias femininas sobre a greve de Osasco, em 1968. In: ALMEIDA, Juniele Rebêlo de (Org.). História oral e movimento social: narrativas públicas. São Paulo, Letra e Voz, 2016, p. 15-36.

13 ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. A coragem do afeto: memórias femininas sobre a greve de Osasco, em 1968. In: ALMEIDA, Juniele Rebêlo de (Org.). História oral e movimento social: narrativas públicas. São Paulo, Letra e Voz, 2016, p. 15-36.

direitos humanos, a Sociedade Brasileira Para o Progresso da Ciência e, sobretudo, redes de solidariedade por segmentos da sociedade civil em 1978. A relação de Helena Greco com os movimentos sociais foi destacada a partir das ações políticas em Belo Horizonte (MG), sobretudo diante da necessidade de construção de um triângulo organizativo, com a presença de militantes de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, devido à expressão desses estados na ordem pública. Conforme as reflexões da pesquisadora:

A Lei da Anistia acabou por não atender à demanda integral da campanha, pois restringiu o ‘perdão’ em algumas de suas cláusulas e ainda trouxe no seu corpo a expressão ‘anistia conexa’, que favoreceu aos responsáveis pela tortura (...) Na narrativa sobre a campanha pela anistia, Helena Greco destacou duas vertentes: a do alcance do movimento e a do retorno dos exilados. Quanto à primeira, lembrou o apoio dos jornais alternativos e a participação de políticos como Teotônio Vilela e de outras mulheres como Terezinha Zerbini. Registrhou também o envolvimento de diversas organizações da sociedade civil, como Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Associação Brasileira de Imprensa (ABI), União Nacional dos Estudantes (UNE) e Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo<sup>14</sup> (Delgado, 2015, p. 50-51).

A pesquisadora pela trajetória política de Helena Greco conseguiu problematizar o estabelecimento de uma Anistia, a partir de concertações desde cima, tutelando a democracia com aspectos sombrios, que sugerem até os dias de hoje a possibilidade de golpes militares, como a tentativa frustrada de 8 de janeiro de 2023 de um golpe de Estado e de Abolição do Estado Democrático de Direito<sup>15</sup>.

Em uma pesquisa sobre um movimento de mulheres campesinas em Santa Catarina, que surgiu com o nome de Movimento das Mulheres Agricultoras de Santa Catarina e passou a ser nomeado como Movimento das Mulheres Camponesas (MMC) – a partir da relação de integração com a Via Campesina – foram feitas entrevistas com duas participantes dessa organização: Luci Choinaski e Adélia Schmitz, que militaram em momentos distintos da história do movimento. As autoras destacam a questão de imagens e representações de si expressadas pelas militantes, tendo em conta as transformações presentes em deslocamentos sociais e culturais, a partir dos lugares ocupados em cada instante. Assim, concluem que existem “porta-vozes autorizados” nos movimentos sociais, assumindo a

14 DELGADO, Lucília de Almeida Neves. O Movimento Feminino pela Anistia e o humanismo intransigente de Helena Greco. In: ALMEIDA, Juniele Rebêlo de (Org.). História oral e movimento social: narrativas públicas. São Paulo, Letra e Voz, 2016, p. 37-51.

15 SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL. RELATÓRIO N° 4546344/2024

2023.0050897-CGCINT/DIP/PF. São Paulo: MJSP-PF, 2024. Disponível: [https://infograficos-est.valor.com.br/pdf/relatorio\_final\_pf\_inquerito\_tentativa\_golpe\_26112024.pdf]. Acesso em: 26/11/2024.

condição de expressar mais sobre significados do que sobre eventos. Esse fato deve-se à própria possibilidade de visões conflitivas ou antagônicas nas entrevistas por trazerem fatos desconhecidos sobre fatos já amplamente divulgados. Por fim, podem conter possibilidades parcialmente exploradas em novos estudos<sup>16</sup>.

Na nossa investigação, trabalhamos com entrevistas semiestruturadas, sendo a metodologia da história oral relacionada a fontes de extrações diversas: trabalhos acadêmicos, artigos, documentos de instituições públicas e a historiografia atinente ao tema. O estudo possui enleios com outras pesquisas por nós desenvolvidas sobre as experiências de lutas coletivas de trabalhadores rurais e urbanos no agreste da Paraíba, a partir de fontes orais e processuais da Junta de Conciliação e Julgamento (TRT-13), Guarabira/PB.

### **Maria Preta: as mobilizações no campo**

Com o trabalho pastoral na Paraíba, a partir do final da década de 1960, com a chegada de D. José Maria Pires, vindo de Minas Gerais, tivemos um contexto religioso e político de transformações sociais. A experiência de Dom Helder em Pernambuco havia demarcado, desde os anos 1960, um projeto de Igreja voltado para uma participação popular na política e na vida religiosa, com vários conflitos com os setores conservadores<sup>17</sup>. A influência de Dom Helder Câmara, arcebispo de Olinda e Recife entre 1964 e 1985, incidiu no trabalho pastoral de Dom José na Arquidiocese da Paraíba (João Pessoa), quanto à teologia da libertação e as relações com os trabalhadores, rurais e urbanos<sup>18</sup>.

Em meio a essas relações teológicas, Marcelo Carvalheira auxiliou Dom Helder, constituindo um núcleo influente nas questões políticas na região Nordeste. Sobre essa questão, um pesquisador avaliou que:

[...] ao lado do arcebispo a assessoria teológica e atuando diretamente na formação teológica e pastoral formada por: José Comblin (que chega ao Recife em 1965 a convite de D. Helder), René Guerre (pastorista francês), João Humberto Plummen (redentorista neerlandês que chega ao Recife no final dos anos 1950), Zildo Rocha (nomeado vice-reitor do Seminário em

16 DA SILVA, C. B.; PAULILO, M. I. História Oral e memória: movimentos sociais de mulheres camponesas. *História Oral*, [S. I.], v. 11, n. 1-2, 2021. Disponível em: <https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/150>. Acesso em: 29 nov. 2024.

17 PILETTI, Nelson; PRAXEDES, Walter. Dom Helder Câmara. O profeta da paz. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

18 PEREIRA, Vanderlan Paulo de Oliveira. Em nome de Deus, dos pobres e da libertação. Ação pastoral e política em Dom José Maria Pires, de 1966 a 1980. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2012.

1964) e Ernane Pinheiro, vindo de Fortaleza, que será também vice-reitor do Seminário.<sup>19</sup> (Souza, 2018, p. 38)

Posteriormente, Marcelo Carvalheira tornou-se bispo e passou a realizar o seu trabalho pastoral na Paraíba, tornando-se o bispo auxiliar de Dom José Maria Pires em 1975. Essa relação teve desdobramentos em uma área específica, o agreste paraibano. A Diocese de Guarabira foi fundada em 1981, sendo Dom Marcelo o seu primeiro bispo. Essa nomeação reverberou em apoio aos movimentos de trabalhadores, por meio de pastorais e de serviços.

Destacaremos a Pastoral Rural e o SEDUP Social na formação de lideranças sindicais na década de 1980. Nesse processo, indagamos: como ocorreu a militância de Maria Benício de Ponte, Maria Preta, nos movimentos sociais no campo na cidade de Araçagi/PB? Como esses eventos foram rememorados pela sindicalista? Dentro desse esforço analítico, a metodologia da história oral foi empregada para, a partir da memória, estabelecermos relações com outras fontes históricas.

As fontes orais utilizadas seguiram a premissa dialógica com outras fontes históricas, conforme a perspectiva de um teórico da história oral:

Ao contrário da maioria dos documentos históricos, as fontes orais não são *encontradas*, mas *cocriadas* pelo historiador. Elas não existiriam sob a forma em que existem sem a presença, o estímulo, e o papel ativo do historiador na entrevista feita em campo. Fontes orais são geradas em uma troca dialógica, a *entrevista*: literalmente uma troca de olhares. Nessa troca, perguntas e respostas não vão, necessariamente em uma única direção. A agenda do historiador deve corresponder à agenda do narrador; mas o que o historiador quer saber pode não necessariamente coincidir com o que o narrador quer contar. Como consequência, toda a agenda da pesquisa pode ser radicalmente revista.<sup>20</sup>

Percebemos no curso da pesquisa sobre a história de vida de Maria Benício Pontes a ausência de registros sobre eventos como a greve dos funcionários públicos de Araçagi, das ações repressivas do prefeito Francisco Monteiro ou das ações violentas dos jagunços do proprietário Walter Maroja da Fazenda Santa Lúcia. Diante dessas condições históricas, o trabalho de pesquisa conta com um acesso a uma memória social silenciada ou solapada, devido ao poder político e econômico dos herdeiros dessas classes dominantes locais. Essa relação nos faz recorrer à reflexão de um pesquisador, que afirmou:

19 SOUZA, Alzirinha Rocha de. Do Recife a Medellín: aspectos históricos e pastorais. Rever, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 35-45, 2018.

20 PORTELLI, Alessandro. História oral como arte da escuta. São Paulo: Letra e Voz, 2016, p.10.

A história oral não é necessariamente um instrumento de mudança; isso depende do espírito com que seja utilizada. Não obstante, a história oral pode certamente ser um meio de transformar tanto o conteúdo quanto a finalidade da história. Pode ser utilizada para alterar o enfoque da própria história e revelar novos campos de investigação; pode derrubar barreiras que existam entre professores e alunos, entre gerações, entre instituições educacionais e o mundo exterior; e na produção da história – seja em livros, museus, rádio ou cinema – pode devolver às pessoas que fizeram e vivenciaram a história um lugar fundamental, mediante suas próprias palavras.<sup>21</sup>

A dinâmica da pesquisa com essa metodologia é destacar experiências de classe por meio de agências coletivas em uma história recente de trabalhadores e trabalhadoras, quanto às demandas por direitos sociais e pela reforma agrária. Essa visão tem enleios com o reconhecimento público dessas ações coletivas. Conforme um pesquisador:

reconhecimento é um termo apropriado para descrever o processo de afirmação pública de identidades e reminiscências [...] Podemos buscar o reconhecimento em outras comunidades ou relacionamentos mais empáticos, mas nossas reminiscências precisam ser apoiadas pelo reconhecimento público e, portanto, são compostas de modo a serem reconhecidas e confirmadas”<sup>22</sup>.

Sobre o uso das entrevistas e da história oral, destacamos que a contribuição à história social estabelece as balizas de possibilidades de pesquisa para desvelar relações ocultadas pelas assimetrias sociais em um longo processo de legitimação. Essa operação pode transformar essas posições ao lançar as experiências sociais no debate público, trazendo reconhecimentos sobre agentes sociais e territórios em disputa.

A infância de Maria Preta foi vivida no Sítio Canafistula de Araçagi, tendo oito irmãos. Nascida em 1936, começou a auxiliar os pais na lida com a idade de cinco anos, como era comum nas famílias camponesas da região. As casas eram de taipa e cobertas com palhas, sendo as veredas os caminhos, pois inexistiam estradas. Os pais dedicavam-se ao trabalho nos roçados, nas caças e também pescavam. Essa pequena renda permitia a aquisição de vestes e remédios. Entre os moradores da comunidade havia a prática de trocas de gêneros, a exemplo de uma quantidade de mandioca para ser transformada em uma casa de farinha por uma cabra, devido à parca circulação de dinheiro nesses rincões. Frequentemente, os

21 THOMPSON, Paul. A voz do passado. História oral. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p. 136.

22 THOMSON, Alistair. Recompondo a memória. Questões sobre a relação entre a história oral e as memórias. Revista Projeto História, São Paulo, n.15, p.58-59, 1997.

moradores praticavam o auxílio mútuo em tarefas agrícolas ou de produção de farinha. Conforme a narradora declarou em uma entrevista sobre essa fase com relação ao trabalho:

vem a situação vem de você trabalhar alugado como eu trabalhei muito alugado, trabalhei na cana de Otávio mais os meus filhos, trabalhei a finada Mainha limpando mato, trabalhei nos abacaxis de compadre Elias, de Nipado, de Paulino. O marido no Rio de Janeiro, indo para lá e indo para cá e a gente tinha que enfrentar porque os empregos, o salário era quarenta reais nessa época, vinte, um dia era cinco reais, real não, cinco cruzeiros que era na época do cruzeiro, cruzado. E a gente enfrentou! Para viver não foi brincadeira não. E como era só mulher dentro da minha casa, só tinha dois homens. Um saiu logo em 1954, o José saiu de casa. O João também foi para o Rio de Janeiro e ficou só as mulher, eu fiquei no lugar de homem para fazer de tudo, cuidar de animal, cuidar de roçado, cuidar de tudo e ir para a feira mai a minha mãe, botava a cangalha na besta, e ia pra...a palavra é besta mesmo não é égua. E vendia jaca e lá comprava o feijão, comprava uma cabeça de... uma bofada.<sup>23</sup>

A camponesa relatou a experiência com a condição de ser “alugada”, ou seja, ser contratada para um trabalho temporário limpando terrenos ou nos plantios de abacaxi, cultivo muito comum em áreas do agreste paraibano. A precariedade da obtenção de renda implicou na migração dos irmãos e do marido, tornando a vida mais exaustiva, devido à sobrecarga com o trabalho nos roçados, as idas à feira para comercializar produtos do sítio e comprar gêneros como feijão e as vísceras ou a cabeça de um animal para alimentação. As condições de pobreza rural limitaram o acesso à escola. Os cultos do catolicismo rural alentavam e estabeleciam o calendário anual com festas, ritos e sacramentos. Os folhetos de cordel e a leitura da Bíblia eram feitas entre alguns camponeses, conforme um roteiro de casa em casa.

O ingresso na militância na teologia da libertação ocorreu pela via da Pastoral da Terra, junto a outras cinco mulheres, que moravam em Pirpirituba, Duas Estradas e Araruna. Esse grupo teve uma ação constituinte para o Movimento das Trabalhadores do Brejo Paraibano, criado em 1986. Conforme a narradora declarou:

A mulher fazia e o homem quem dizia que tinha feito. Era uma coisa, uma discriminação. Aí nos encampemos a luta. Em 1981 surgiu os primeiros encontros. Em 82 eu já participei. Antes de Margarida morrer eu já era do movimento, não como coordenação. Passei dois anos de experiência. Socorro de Nana não era ainda, era só eu de Araçagi. Comecemos a debater e vê, vamos “engravar”, vamos articular o brejo todo. De cada Município do brejo tinha duas coordenadoras, duas coordenadoras de cada, aí foi quando

23 PONTES, Maria Benício de [84 anos]. [abr. 2017]. Entrevista ao autor. Araçagi, Paraíba, PB, 15 abr. 2017.

Socorro entrou que ficou duas. Aí, entremos na luta, vamos andar, fazer reunião com o povo, participar, entrar nos conflitos de terra. Na Pastoral da Terra quem era a ... que era da coordenação da Pastoral também ... Salete, que entrou, Padre Luís, Neuzinha, Cerise e essas que eu já falei, Do céu. E a gente engajou esse movimento, aí vimos que o município, só os municípios não dava vida, não dava para nós fazer o que a gente queria para desenvolver trabalho com jovens, com mulher. Vamos ver se nós faz os projetos. Comecemos a fazer projetos. Apoi, não é aprovado, porque não é registrado. Vamos transformar o movimento, numa associação, então tá bom! Associação de mulheres! Se transformou numa associação para ter direito aos projetos. Aí fumos fazer projetos com o povo estrangeiro da “OSCAM”, não sei como é o nome, é assim? E da CESE e de outros movimentos veio ajuda da Alemanha, da Nicarágua, da Itália.<sup>24</sup>

De acordo com Maria Preta o ingresso no grupo da Pastoral Rural (PR) em Araçagi teve imediata abertura para o amadurecimento de ações para além do controle dos grupos políticos locais. Na PR deu-se a formação da associação das mulheres, que passou a contar com fundos para ações políticas e um engajamento mais amplos na construção da cidadania. Um marco no avanço da participação de mulheres na militância foi a morte de Margarida Maria Alves. Segundo a entrevistada:

Eu disse: Ah! Agora vamos butar pra frente, agora vai nascer Margaridas. Em todo canto vai ter Margarida. A gente começou a juntar mulher e levar, fazer grupos de mulheres né? Trabalhar em grupo nas bases incentivando as mulher e conversando, incentivando e dizendo para se libertar e haja a contar histórias, cada uma mulher que contasse a sua história e tinha o dia de...e fomos realizando seminários com agricultoras, seminários né? Com os jovens, a orientar, tinha posto de saúde. Eu participei, entrei, fiz um curso em 92...93, um curso bíblico com a Irmã Izabel Sofia. Aí pronto! E agora? Como vamos fazer?<sup>25</sup>

O trabalho pastoral durante o bispado de Dom Marcelo (1981-1995) consorciou o evangelismo com uma prática política de contestação às estruturas regionais de dominação social. Esse processo de organização política demandou ação de religiosos e leigos na construção de mobilizações de grupos sociais ainda inativos no campo político. Maria Preta rememorou a colaboração da metodologia desenvolvida pelas freiras na formação religiosa vinculada à teologia da libertação, bem como os passos da estruturação de um movimento de Mulheres do Brejo, que depois se vinculou ao Movimento das Mulheres Trabalhadoras (MMT, criado em 1981 como uma entidade voltada às trabalhadoras urbanas) por ter se

24 PONTES, Maria Benício de [84 anos]. [abr. 2017]. Entrevista ao autor. Araçagi, Paraíba, PB, 15 abr. 2017.

25 PONTES, Maria Benício de [84 anos]. [abr. 2017]. Entrevista ao autor. Araçagi, Paraíba, PB, 15 abr. 2017.

ampliado a outros espaços regionais e sociais. Ainda na década de 1980, filiou-se ao Partido dos Trabalhadores (PT), sendo a primeira a fazê-lo em Araçagi.

Com a difusão dos movimentos femininos, ocorreu a institucionalização do feriado municipal em Araçagi referente ao Dia da Mulher em 1988, quando Ivanildo Maroja foi prefeito (1983-1988). Sobre essa fase, Maria Preta recordou:

O oito de março pra gente comemorar tinha que ser no domingo, ainda mais de tarde, porque era feira por todo canto. Vamos! Só tinha que ser no domingo uma horinha. O primeiro foi em Pirpirituba. Primeira comemoração em Pirpirituba. Aí a segunda em 85 em Guarabira, foi essa, foi estadual veio gente de todo estado. Aí a segunda. Aí Sapé, lá em Alagoa Grande foi duas vezes, Solânea, Bananeiras, Cacimba de Dentro, e assim fumo...em Mamanguape no oito de março. Cada ano em lugar diferente, no Recife, em Olinda pra chamar a atenção. E só tinha que ser num domingo! Disse: “E agora? O que é que vamos fazer? Comadre Socorro, Maria Preta!” Vamos vê se o povo dar feriado em Araçagi, porque dar feriado, morre uma pessoa aí diz: “É feriado, né!? Hoje não trabalha não que morreu, num sei quê! E por que não dar um dia de feriado pra mulher que tem tanto valor, tanto poder, a mulher porque cria né? A mulher é quem gera os filhos. E a gente cantando aquelas cantigas no meio da rua de Araçagi e levando o povo, fazendo ato público. O marido de Dona Graça gravando, ainda hoje ela tem as fitas que gravava. E a gente cantando no meio da rua “viva a mulher dessa nação que vem trazendo no ventre a nova semente da libertação” e cantando...“vem companheira comigo vem que essa luta que é tua também” e fumos engrossando e fazendo os nossos encontros nas bases dos sítios e ajuntando gente e até que...o quê que nós vamos fazer no dia oito de março?<sup>26</sup>

Em 1991, o dia 8 de março foi efetivado como uma data comemorativa do município, mas tendo o caráter de ponto facultativo<sup>27</sup>. As pressões do Movimento das Mulheres em Araçagi permaneceram, quando prefeitos sucessores quiseram revogar a data das efemérides municipais. A conquista que sinalizou para um reconhecimento público possuía também um espelhamento, quanto às tentativas de solapamento das atividades políticas nos espaços domésticos. Sobre a questão do casamento e a dominação histórica dos homens sobre as mulheres, uma pesquisadora salientou:

A dominação dos homens sobre as mulheres e o direito masculino de acesso sexual regular a elas estão em questão na formulação do pacto original. O contrato social é uma história de liberdade; o contrato social é uma história de sujeição. O contrato original cria ambas, a liberdade e a dominação. A liberdade do homem e a sujeição da mulher derivam do contrato original e o sentido da liberdade civil não pode ser compreendido sem a metade perdida

26 PONTES, Maria Benício de [84 anos]. [abr. 2017]. Entrevista ao autor. Araçagi, Paraíba, PB, 15 abr. 2017.

27 ARAÇAGI. Lei Orgânica do Município de Araçagi-PB, 18 de setembro de 1991)

da história, que revela como o direito patriarcal dos homens sobre as mulheres é criado pelo contrato. A liberdade civil não é universal – é um atributo masculino e depende do direito patriarcal<sup>28</sup>.

O coletivo de mulheres participantes do MMT precisou enfrentar questões inerentes à condição feminina frente à exploração laboral. Conforme a rememoração de Maria Preta:

Aí tinha uns Congressos, em 85 foi o primeiro Congresso que eu participei da CUT no Rio de Janeiro. Aí comecei a fazer viagens pra Brasília, fui muitas vezes. Em Brasília o que que ia levar? Em Brasília eu fui reivindicar a aposentadoria da mulher, era 45 anos que a gente queria, quando a gente quer dez, a gente pede vinte, quando você quiser 20 você peça 40, senão não dar! Então Maria a proposta é 45 anos, porque eles vão tirar pelo menos 10. Aí fui! Teve um...foi uma caravana de mulher, aí eu fui defender a aposentadoria. E eu era a mais escolhida pra andar. Socorro ninguém não...porque ela não era liberta. Socorro, o marido não liberou. O marido de Socorro não deixava. Aí quando ia pra fazer viagem só era Maria, aí eu fui! Quando nós...com o nosso...experiência...trocando experiência fizemos articulação, formemos a Coordenação em 96 foi que começou a coordenação do MMTR, oficializada mesmo com os nove Estados: Piauí, Bahia. Fui pela CESE, convite da CESE (Coordenadoria Econômica de Serviço) a nossa CESE. Eu fui representando a mulher de Araçagi, Paraíba né? Paraibana. O povo dizia quem é Araçagi? E tem no mapa, tem Araçagi? Eu dizia: se não tiver eu sou o mapa! Sou o mapa de Araçagi. Tô apresentando. Aí contei as minhas histórias lá muito sofrida, né? De sofrida né? Que até rato, a gente até comia rato, comia! Calanguinho assava e comia. Quando contei minhas histórias as mulheres choraram e tudo. Tava os coordenadores de projetos, coordenadoria, os agentes de projetos. Era uma reunião de agentes de projetos. A gente fumos levar né? Eu fui lá! Primeira vez que eu andei de avião, tá ali até a passagem, tá ali os encontros, tá ali alguns livros quando quiser registrar<sup>29</sup>.

A narrativa de Maria Preta menciona a relação do movimento das mulheres com a CUT junto às representantes de outros estados nordestinos. Salientou o aspecto da dificuldade das companheiras com relação ao impedimento de participação no encontro. E, certamente, o que pareceu mais extremo às mulheres de estados não afetados pelas secas sazonais ou carências alimentares foi o fato de, em tempos de crise, a alimentação ter a presença de répteis ou roedores. Sobre a questão atinente aos direitos previdenciários, que os movimentos sociais demandaram com relação à fase pré-Assembleia Constituinte, a CUT mobilizou setores urbanos e rurais para constituição de uma representação parlamentar

28 PATEMAN, Carole. Fazendo Contratos. In: PATEMAN, Carole. O Contrato Sexual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993, 16-17.

29 PONTES, Maria Benício de [84 anos]. [abr. 2017]. Entrevista ao autor. Araçagi, Paraíba, PB, 15 abr. 2017.

comprometida com essas pautas. Ao considerarmos a Carta Magna de 1988 como um marco histórico para o trabalho feminino neste período, devemos reportar, que “está prevista na Constituição Federal e visa garantir que mulheres tenham o mesmo acesso e igual oportunidade de trabalho que homens, buscando afastar toda e qualquer forma de discriminação em relação à mulher”<sup>30</sup>. Contudo, a legislação é um acordo com limites sociais, conforme as experiências históricas à luz dos estudos.

Na sequência dos eventos, Maria Preta destacou o reconhecimento das mulheres do Brejo paraibano à representação local, quando mais uma vez o efeito de delegação foi destinado à ela. Nesses termos, nos narrou:

Aí veio o primeiro encontro de mulher trabalhadora da América Latina e do Caribe foi em Rio Grande do Norte eu não fui escolhida, eu não quis ir não, a minha situação não dava para sair de casa. Aí no segundo encontro que foi no México, aí apresentaram Maria Preta. 13 horas de viagem de avião. Quando eu cheguei lá no México tinha os trabalhos de grupo, aí tinha uma brasileira, tinha uma estrangeira que falava a língua do Brasil e espanhol. Foi transmitir, né? A fala da gente pra lá e a de lá pra cá. Aí quando! Foi muita experiência! Eu levei experiência por nove estados e levei mais pra...fui pra São Paulo, pra Barueri para uma reunião dos Sem Terra, com Penha para Barueri. Fui pra um Congresso em Goiânia – Goiás. O quinto Congresso em Brasília lá junto com Lula<sup>31</sup>.

A militância junto à Pastoral Rural/Comissão Pastoral da Terra (Guarabira), ao PT, ao MMT e ao STR-Araçagi credenciou a projeção de agência política de Maria Preta em eventos internacionais e nacionais. A participação no STR-Araçagi foi na década de 1980. Dentro das ações para estruturação de sindicatos combativos, ocorreu a eleição do STR, tendo como presidente eleito pela “oposição sindical” Vicente Barbosa. Nessa fase, as ameaças de morte eram comuns a religiosos e a leigos da Diocese de Guarabira, a exemplo dos padres Luigi Pescarmona, Assis e Cristiano (devido à relação com os conflitos de terra); ao bispo Dom Marcelo (por apoiar movimentos de trabalhadores rurais e urbanos) e às freiras (Irmã Socorro de Cristo, Irmã Valéria Rezende, dentre outras). Sindicalistas sofriam retaliações de proprietários de terras ou de autoridades, como prefeitos. Algumas tentativas de assassinato ocorreram contra o padre Luigi Pescarmona e Dom Marcelo. Ameaças de toda ordem eram frequentes aos sindicalistas que se afastaram das práticas políticas do sindicalismo da fase do FUNRURAL. Margarida Alves já havia tombado na luta por direitos

30 CALIL, Lea Elisa Silingowschi. Direito do Trabalho da Mulher. A questão da igualdade jurídica ante a desigualdade fática. São Paulo: LTr, 2007, p. 52-53.

31 PONTES, Maria Benício de [84 anos]. [abr. 2017]. Entrevista ao autor. Araçagi, Paraíba, PB, 15 abr. 2017.

trabalhistas e sociais. A União Democrática Ruralista (UDR) tinha vínculos com o Grupo da Várzea, cujo histórico de mortes de trabalhadores rurais está associado à morte de Pedro Teixeira (Liga de Sapé) e à de Margarida Alves (Alagoa Grande).

Esse processo de luta política no sindicato permitiu apoiar outros trabalhadores em conflito. Assim foi na greve dos funcionários públicos municipais de Araçagi em 1996, como nas greves de solidariedade anteriores ao golpe civil-militar de 1964. No caso da greve em questão, os funcionários ocuparam a prefeitura por 15 dias durante a gestão do prefeito Francisco Monteiro (1993-1996). A greve dos funcionários públicos contou com o apoio de sindicalistas, de membros da Comissão Pastoral da Terra e das Comunidades Eclesiais de Base, o MMT e o MMB. A greve dos servidores municipais em 1996 teve como fundamento a diferenciação salarial dos servidores, tendo em vista que os de formação superior recebiam os salários referentes aos trabalhadores do nível fundamental. A indisposição do prefeito às demandas dos trabalhadores implicou na mobilização para greve com manifestações junto à sede do executivo municipal. As manifestações permaneceram por alguns dias até que o comando de greve decidiu pela ocupação do prédio da prefeitura de Araçagi. Assim, Maria Preta nos narrou:

A gente sofre. Essa mulher, Socorro e Maria Preta, são uma “mulher desocupada” deixa os maridos e “fica caçando marido”. A Nena mesmo dizia assim: - no fim ela apoiou demais chega ela chora quando conta a minha história, quem deu a mão a ela fui eu – eu conheço de encontro por encontro. Encontro é quando um homem marca um encontro com uma mulher. A Nena mulher de...e no fim ela apoiou. Nós tava nas greve. Tu lembra naquela greve na prefeitura? Que a gente tava lá, aquele paiol de gente. E eu foi quem defendeu a cabeça de Socorro. Socorro ia dançar. O povo, não sei que ódio o povo tem de Socorro? Eu sei que ela era muito afoita. Inteligente, né? E um dia ainda encontrei o saudoso, né? Benjamin Rosas tinha muito respeito por eu, por ela. Monteiro era o Prefeito na época, me chamou: “Dona Maria! Tenho muita confiança na senhora, eu vou fazer um pedido, a senhora me faz?” Eu digo: se for do meu alcance eu posso fazer. Aí disse: “Eu vou dizer: retire aquele povo dali. Daquela prefeitura que tá pra acontecer uma tragédia das pior. E quem vai primeiro é a Socorro”. É mesmo? Benjamin, disse: “É! Aqui em silêncio!” Salete tava na coordenação né, irmã Alaíde<sup>32</sup>.

Diante desse quadro de violências simbólicas, pois a participação política das mulheres era desvirtuada publicamente, como se estivessem “caçando maridos”, mas com o sentido de estarem buscando relações extraconjugaís. Essas acusações serviram às lideranças femininas de Socorro, Nena, Madalena, Salete (filha de Maria Preta e estudante

---

32 PONTES, Maria Benício de [84 anos]. [abr. 2017]. Entrevista ao autor. Araçagi, Paraíba, PB, 15 abr. 2017.

de História) e à própria Maria Preta. Os tons são mais graves, quando avaliamos a condição feminina, devido à estrutura de subalternidade das mulheres em várias sociedades, que segundo uma estudiosa: “Em tôdas as épocas, vemos as mulheres serem privadas do reconhecimento, pela sociedade, de suas atividades e, sobretudo, da participação na construção dessa mesma sociedade”<sup>33</sup>. Além disso, a iminência da violência física com o emprego de jagunços e, quiçá, da própria Polícia Militar (teve várias participações relacionadas ao poder de mando de proprietários/políticos em agressões contra trabalhadores na Mesorregião do Agreste) mobilizou a uma desocupação estratégica, que contou inclusive com a participação de Dom Marcelo com uma missa para refrear o choque em curso. Segundo Maria Preta:

Aí, Salete! Eu recebi agora um comunicado vamos fazer jeito de tirar este povo daqui, o mais rápido possível! E como é que a gente vamo planejar? Falar com Irmã Alaíde, vamo marcar, celebrar uma missa chama o Padre Dom Marcelo, nós celebra a missa e abençoa o povo e sai pra sair decente. Aí foi! Celebrou a missa, Dom Marcelo, e o povo desocuparam a Prefeitura. E Benjamin: Parabéns dona Maria! Muito obrigado, pronto! Monteiro disse que admirava eu, porque eu tinha um saber sem saber ler. É a confiança meu filho! A disposição! Aconteceu essas coisas. E nós tava na luta, nas greves, nas campanhas dos canavieiros. Eu viajei os municípios todinho! Rio Tinto lá, Marcação onde tinha cana, lá em Espírito Santo nos engenhos. Mai os meninos disse: “Maria vai morrer como Margarida Maria Alves”, “Maria tu tá doida demais”<sup>34</sup>.

Esse tipo de ocupação era um ato mais comum em reitorias de universidades ou outros espaços administrativos nas capitais. Na copa da prefeitura foi montada uma cozinha para os membros da ocupação, enquanto o prefeito passou a despachar os assuntos da administração pública na própria residência no município de Guarabira. Essa greve foi finalizada sem ganhos materiais aos funcionários. Contudo, foi um avanço no sentido de mobilizar trabalhadores em um ato político inédito na mesorregião do Agreste por contar com a adesão de ampla militância, solidariedade e ocupação da sede do executivo por cerca de 15 dias. Posteriormente, o prefeito tomou a decisão de respeitar o diferencial salarial do funcionalismo público municipal.

Quanto à experiência sindical de Maria Preta, ocorreu entre 1990 e 1993. Nessa fase, os militantes da CPT junto ao STR de Araçagi empreenderam movimentações para o desenvolvimento de um processo de reforma agrária na Fazenda Santa Lúcia, que confinava

33 SULLEROT, Evelyn. História de Sociologia da mulher no trabalho. Rio de Janeiro: Editora Expressão e Cultura, 1970, p. 22.

34 PONTES, Maria Benício de [84 anos]. [abr. 2017]. Entrevista ao autor. Araçagi, Paraíba, PB, 15 abr. 2017.

com os municípios de Itapororoca e Mari, ambos na Paraíba, tendo uma área de 1.041.000 hectares. Entre os anos de 1991 a 1992, os trabalhadores acionaram a Justiça do Trabalho, reivindicando direitos trabalhistas, pois o proprietário Walter Maroja não cumpria a legislação em vigor. Havia trabalhadores rurais com um tempo entre 50 e 30 anos de trabalho sem que fossem “fichados”. Sob o baraço e o cutelo de Tarcísio Farias e Edimir Joaquim, dois jagunços da Fazenda Santa Lúcia, os trabalhadores de diversas categorias (arrendatários, foreiros, meeiros e agregados) eram controlados. Ainda no âmbito da fase sindical de Maria Preta, devemos destacar as atividades referentes às frentes de combate aos efeitos da seca. Concretamente, essa ação teve como meta a constituição de uma “frente de emergência” para que trabalhadores do município pudessem ter acesso a uma renda e cestas básicas, a partir de um cadastramento para o trabalho em construção de reservatórios e recuperação de estradas. Maria Preta foi sucedida na presidência do STR-Araçagi por Josué Benício, “Josuel”, (1994-1996), não obstante, continuou a militância da luta pela terra junto a outros trabalhadores.

Durante a presidência de Josuel no STR, foi organizada uma associação de trabalhadores com o objetivo de reivindicar direitos trabalhistas não pagos por décadas pelo proprietário da Fazenda Santa Lúcia. Nessa fase, alguns eventos políticos alteraram o campo de forças no município, como uma greve de funcionários municipais e o processo de desapropriação de terras, que hoje constituem os Assentamentos Maria Preta e Violeta. Segundo um pesquisador:

O presidente do sindicato encarregou-se de comandar as negociações junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), enquanto Maria Preta e Socorro (ligada ao sindicato), com a ajuda da CPT e do MMT, articulavam com as famílias a melhor maneira de conseguir entrar na fazenda e obter o engajamento de outros trabalhadores. Foram articuladas reuniões secretas no Sindicato com as famílias da Fazenda Santa Lúcia para que o proprietário, Walter Maroja, não descobrisse a intenção dos militantes. O risco era de o proprietário agir junto a políticos influentes ou de realizar manobras jurídicas, vendendo a propriedade ou fatiando-a com membros da própria família como forma de dificultar o acesso à terra. O grupo que participava das reuniões era pequeno para reduzir o risco de vazamentos das informações, contando com os seguintes trabalhadores: Bijoca, Luís de Cobel, João Soares, Maria e Zé Pequeno. Esses moradores foram os interlocutores com as famílias dos trabalhadores da fazenda, juntamente com a colaboração de Maria Preta, Socorro, Olga, Cândido e as freiras (Neves, Alaíde, Valéria Rezende, entre outras)<sup>35</sup>.

---

35 PAIVA NETO, Francisco Fagundes. A trajetória de Maria Preta no sindicalismo rural no município de Araçagi (PB) na década de 1990. História Oral, Rio de Janeiro, n. 23. v.2, p. 235, 2020.

O STR encaminhou à Federação dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado da Paraíba (FETAG-PB) um ofício demandando a reforma agrária. O INCRA também foi notificado, enquanto uma verdadeira guerra jurídica estava em curso, em meio a ameaças de morte e acusações de incêndios criminosos pelos trabalhadores. Em troca dos direitos trabalhistas, no ano de 1996 cem famílias foram assentadas na área.

Restou aos proprietários e políticos, acostumados às relações de mando, como se estivessem em um tempo infenso a presença de uma sociedade civil, a surpresa de uma nova configuração de ações coletivas. Como afirmou um historiador, ao se referir a situações similares: “Significa lançar fora uma herança de luta pela lei, e dentro das formas da lei, cuja continuidade jamais poderia se interromper sem lançar homens e mulheres num perigo imediato”<sup>36</sup>. A exposição da demanda contra a injustiça instaurada garantiu a atualização das tradições rebeldes herdadas e transmitidas pelas gerações passadas.

## **Considerações finais**

As relações indivíduo/contexto em uma microescala de análise proporcionaram nesse estudo uma avaliação sobre a agência política de uma militante de vários movimentos sociais nas décadas de 1980 e 1990. Visualizamos como ocorreu uma sincronia entre o pertencimento de classe com espaços de negociação e as questões atinentes às mulheres no trabalho e na política.

A participação de mulheres em movimentos sociais permitiu avanços substanciais a uma cultura de classe camponesa e de trabalhadores urbanos, quando na década de 1990 a diferenciação salarial era praticamente inexistente entre os grupos laborativos. Essa falta de dignidade no trabalho trouxe consigo uma relação entre trabalhadores rurais e urbanos em ações coletivas de apoio mútuo, considerando aspectos colaborativos em uma memória social local com a força simbólica dos mutirões.

O giro político na década de 1980 teve repercuções substanciais na região da Diocese de Guarabira, criada nessa fase. Em um nível local, o apoio do alto e do baixo clero aos camponeses em luta por direitos sociais e políticos, em detrimento do clero de outra geração, cujo apoio era dado aos potentados dos municípios, havia sido frequente. A nível regional,

---

36 THOMPSON, Edward Palmer. Senhores e caçadores. A origem da lei negra. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p. 358.

as greves de canavieiros demarcaram um processo organizativo que reverberou em áreas de outras atividades agrícolas, como no caso daquelas, onde se plantava abacaxi ou de atividade pecuária. Em um plano nacional, a organização dos trabalhadores no PT e na CUT produziu o alinhamento da CONTAG-PB com demandas específicas, como o trabalho das Pastorais Rurais e da CPT.

Uma variedade de organizações de base eclodiram no agreste paraibano, sendo algumas mais situadas na região Nordeste e outras nativas da Paraíba, como o SEDUP, o CODH, o MMT, o MMB. Essas organizações plasmavam identidades de alguns trabalhadores em uma perspectiva institucional, mas havia também trabalhadores movidos pela curiosidade e por uma adesão gradual às questões levantadas, gerando um processo formativo no campo político.

Recebido em 21 de novembro de 2024  
Aceito em 02 de dezembro de 2024